

A teoria crítica de Robert W. Cox como método para uma análise das relações entre China e América Latina

The critical theory of Robert W. Cox as a method for analyzing the relations between China and Latin America

RODRIGO CURTY PEREIRA | rodrigo.curty.p@gmail.com / Doutorando em Geografia no Departamento de Geografia e Gestão Ambiental da Universidade de Waterloo

ANA GARCIA | anasaggioro@gmail.com / Professora adjunta do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio)

Recebimento do artigo Maio de 2021 | **Aceite** Agosto de 2021

Resumo: A teoria crítica de Robert W. Cox se consolidou como uma das principais críticas metodológicas às teorias tradicionais das Relações Internacionais. Neste artigo, apresentamos as principais contribuições de Cox através das categorias de estrutura histórica (capacidades materiais, ideias e instituições), forças sociais e hegemonia. Em nossa visão, o método coxiano da estrutura histórica e sua análise sobre as diferentes forças sociais que incidem sobre a realidade social e internacional fornecem um instrumental importante para analisar as transformações em curso na ordem mundial. Esse instrumental nos convida a enxergar além dos Estados nacionais e instituições, trazendo o olhar para as forças sociais em disputa. Partindo das formulações de Cox, apresentaremos uma interpretação das relações entre China e América Latina e Caribe. Mostramos que, apesar de romper com a onipresença das potências tradicionais e gerar expectativas de relações mais horizontais, a inserção de multinacionais chinesas na região também é fonte de conflitos. Estes vêm sendo de natureza socioambiental, levando ao questionamento sobre o próprio modelo de desenvolvimento adotado por países latino-americanos, baseado nas indústrias extrativas e infraestruturas a elas vinculadas. **Palavras-chave** Teorias das Relações Internacionais; Robert W. Cox; investimento externo direto; China; América Latina e Caribe.

Abstract: Robert W. Cox's critical theory has been consolidated as one of the main methodological critiques of traditional theories of International Relations. In this article, we present Cox's main contributions through the categories of historical structure (material capacities, ideas and institutions), social forces and hegemony. In our view, the Coxian method of historical structure, and his analysis of the different social forces that affect social and international reality, provide an important instrument to analyze the ongoing transformations in the world order. This instrument invites us to look beyond national states and international institutions to the social forces in dispute. Based on Cox's formulations, we present an interpretation of the relations between China and Latin America and the Caribbean. We show that, despite breaking with the omnipresence of the traditional powers and generating expectations of more horizontal relations, the insertion of Chinese multinationals in the region is also a source of conflicts. These have been of a socio-environmental nature, leading to questions about the very development model adopted by Latin American countries, based on extractive industries and related infrastructures. **Keywords** International Relations Theory; Robert W. Cox; foreign direct investment; China; Latin America and the Caribbean.

Robert W. Cox é um dos mais respeitados teóricos no campo das Relações Internacionais (RI), entretanto, é pouco conhecido (e pouco traduzido) no Brasil¹. Historiador de formação, passou mais de vinte anos na Organização Internacional do Trabalho até se tornar professor. Cox inovou a área quando, ainda nos anos 1980, trouxe a influência do comunista sardo Antonio Gramsci – e suas análises sobre Estado, sociedade civil, transformismo, revolução passiva, bloco histórico, hegemonia, dentre outras categorias importantes – para pensar a “ordem mundial” (termo frequentemente usado por Cox para tratar o sistema internacional). Ao lado de Susan Stange, Cox é considerado por Cohen (2008) um dos intelectuais formadores da área de Economia Política Internacional (sua *British School*) e um dos mais importantes pensadores da *really big question*, a questão da hegemonia. Consideramos que Cox permaneceu tão influente² por ter formulado uma das principais críticas metodológicas às teorias tradicionais das RI.

Neste artigo, apresentamos as críticas metodológicas e epistemológicas às “teorias de solução de problemas” e as contribuições da teoria crítica de Cox. Logo, trazemos algumas das principais categorias formuladas pelo autor, mas inspiradas em Gramsci, a saber, estrutura histórica (formada por capacidades materiais, ideias e instituições), forças sociais e hegemonia. Em nossa visão, o método coxiano da estrutura histórica e sua análise sobre as diferentes forças sociais que incidem sobre a realidade social e internacional fornecem um instrumental importante para analisar as transformações em curso na ordem internacional. Esse instrumental nos convida a enxergar além dos Estados nacionais e instituições, trazendo o olhar para as forças sociais em disputa. Com isso, a análise torna-se mais complexa, e nos instiga a identificar conflitos onde rege aparente consenso.

Partindo das formulações de Cox sobre estrutura histórica, forças sociais e hegemonia, apresentaremos aqui uma interpretação das relações entre China e América Latina e Caribe. É comum ser apontado que não devemos analisar a China com lentes teóricas e categorias ocidentais. Aqui não tratamos de analisar a China em si, mas as relações com países da América Latina e Caribe a partir das dinâmicas capitalistas nas quais essas relações necessariamente estão inseridas. Tais relações vêm sendo analisadas de formas distintas: como uma oportunidade alternativa ao modelo neoliberal e criação de uma nova forma de cooperação Sul-Sul ou, ao contrário, como relações que terminam por reforçar o modelo primário-exportador e os laços de dependência. Através das categorias de Cox pretendemos mostrar que, apesar de romper com a onipresença dos países centrais e gerar expectativas de relações mais horizontais, a inserção de multinacionais chinesas na região também é fonte de conflitos. Estes vêm sendo de natureza socioambiental, levando ao questionamento sobre o próprio modelo de desenvolvimento adotado por países latino-americanos, baseado nas indústrias extrativas e infraestruturas a elas vinculadas.

1 Uma referência de seu trabalho em português é a obra organizada por Stephen Gill, “Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais”, publicada pela editora UFRJ em 2007.

2 Ele se aposentou em 1992 no departamento de Ciência Política da York University e veio a falecer em 2018. As homenagens por ocasião de seu falecimento foram publicadas em <https://www.ppesydney.net/tributes-to-robert-w-cox/>.

A ABORDAGEM COXIANA COMO MÉTODO EM RI/EPI

Com base no pensamento do militante comunista italiano Antonio Gramsci, Robert W. Cox formulou uma das mais importantes críticas de natureza metodológica e epistemológica às teorias tradicionais nas Relações Internacionais e na Economia Política internacional (EPI), que predominaram nessa área nos anos 1980, especialmente o neo-realismo. Em seu seminal artigo de 1981, *Social forces, states and world orders*, Robert W. Cox dividiu o campo teórico, inspirado na Escola de Frankfurt, entre “teorias de solução de problemas” e “teoria crítica”. A premissa que permeia a distinção é a de que “uma teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (COX, 1981, p. 128), ou seja, todas as teorias advêm de uma determinada perspectiva, que deriva de uma posição em tempo e espaço, especialmente tempo e espaço político e social. As “teorias de solução de problemas” têm um viés conservador. Elas elaboram, a partir de verificações empíricas, mecanismos e princípios para o melhor funcionamento das relações em uma estrutura previamente dada, que não é questionada. Metodologicamente, elas tentam expressar variáveis livres de valor, ou seja, objetivas e distantes do sujeito que as analisa, operando dentro do viés positivista da ciência. Esses mecanismos e princípios, detectados por elas em determinadas estruturas históricas, acabam perdendo sua contextualização em tempo e espaço (COX, 1981, p. 129). Deste modo, são transformados em tendências gerais do sistema internacional, que são repetidas/repetitivas, ou seja, observáveis e, mais importante, previsíveis. Com isso, tomam uma forma de pensamento derivada de uma fase particular da história e a assumem como universalmente válida. Essas teorias buscam solucionar problemas dentro de determinada ordem social e política que é constante, não problematizando seu surgimento histórico e, portanto, não contemplando uma transformação radical dela. Em outras palavras, busca-se explicar acomodações e ajustes dentro de uma estrutura, e não sua transformação. Resulta que para essas teorias, que são perspectivas históricas e sociais, “o futuro será sempre como o passado” (COX, 1981, p. 131). Segundo o autor, essas teorias interessam aos que se beneficiam de determinada ordem, ou seja, aqueles que falam desde o lócus de poder que, no século XX, foram os EUA.

Cox dirigiu-se especialmente ao realismo. Na chave teórica realista, o sistema de Estados seria análogo ao estado de natureza hobbesiano. Os Estados são os únicos atores relevantes no sistema, eles seriam unidades fechadas, coesas, com um interesse nacional. Os Estados agiriam como atores racionais, devendo o estadista agir livre de preceitos morais. O princípio da anarquia guia a vida internacional, uma vez que Estados não abrem mão de sua soberania, não havendo, portanto, nenhum poder acima deles. O duo anarquia/soberania é, assim, indissociável. A anarquia torna-se um constrangimento estrutural para todos os Estados. Porque os Estados convivem num sistema anárquico, eles precisam acumular poder para sobreviver. A natureza dos Estados e do sistema é conflituosa. Consequentemente, o sistema é de auto-ajuda, pois cada Estado só pode contar consigo para sobreviver. Nesse sistema, um Estado preocupa-se com seus ganhos relativos frente aos outros. Assim, a balança de poder torna-se um mecanismo automático do sistema (WALTZ, 2004; 2002). O pensamento realista das Relações Internacionais é pautado pelas Guerras Mundiais, a Guerra Fria e a dissuasão nuclear. Ele explica de forma mais abrangente as questões de segurança internacional.

Outra importante “teoria de solução de problemas” é o institucionalismo ou o liberalismo nas RI. Para os institucionalistas, apesar da anarquia, Estados cooperam uns com os outros. Em analogia aos indivíduos numa sociedade liberal, os Estados seriam racionais, egoístas e calculariam o custo-benefício da cooperação para maximizar seus ganhos. Sua preocupação é com ganhos absolutos, e não mais relativos. As instituições jogam um papel fundamental no plano internacional. Elas facilitam a cooperação entre os Estados, porque provêem informação, diminuem os custos de barganha e negociação, estabelecem regras e normas que “asseguram” (*lock-in*) as decisões tomadas, condicionando decisões futuras e gerando, assim, estabilidade (KEOHANE, 1988). As instituições intervêm no comportamento dos Estados, não sendo um simples reflexo dos mais poderosos no sistema, ao contrário, podem conter a política de poder através de normas e regras que são iguais para todos, inclusive para as potências (IKENBERRY, 2001a). O pensamento institucionalista ganhou fôlego na década de 1970 com o fim do padrão dólar-ouro e o choque do petróleo. Daí emerge a noção de “interdependência complexa” (KEOHANE; NYE, 1977), notoriamente na visão de pensadores situados nos EUA, enquanto na periferia do sistema, no mesmo período, eram formuladas as reflexões sobre dependência (e não uma “interdependência”).

Tanto o realismo quanto o institucionalismo passam por reformulações, incorporando o prefixo “neo” aos seus nomes. Ambos convergiam em um programa de pesquisa racionalista, uma concepção estreita de ciência, assumindo a premissa da anarquia no sistema internacional, Estados como unidades atomísticas e fechadas, discutindo entre si apenas sobre as possibilidades de cooperação e a importância de instituições (WAEVER, 1996). A convergência entre neo-realismo e neo-institucionalismo no campo teórico “coincide”, no início dos anos 1980, com a convergência política entre Reagan e Thatcher (na China, o início das reformas de Deng Xioping), culminando na política e no ideário neoliberal que veio a prosperar após o fim da Guerra Fria.

Frente à rigidez das teorias de solução de problemas, outras buscaram descortinar as contradições e compreender as transformações na ordem social e política. De acordo com Cox (1981), a “teoria crítica” vai buscar contextualizar os fenômenos explicados pelas “teorias de solução de problemas” em determinadas estruturas históricas, preocupando-se com as especificidades. Ela questiona como esta estrutura surgiu para, então, buscar elementos sobre como ela pode se transformar. A teoria crítica rejeita a possibilidade de um presente constante, que é funcional àqueles no poder. Sua preocupação é com a compreensão do todo com suas complexidades e contradições (COX, 1981, p. 129). Para isso é necessário analisar a totalidade em movimento, e não de forma estática, preocupando-se em vislumbrar “de cima para baixo e de baixo para cima” a realidade social, considerando grupos, classe ou Estados subalternizados, expondo as contradições de certos fenômenos e visões de mundo. Questiona-se quem são os incluídos e os excluídos de certas visões de mundo que informam as teorias. A noção de movimento traz a ideia de prática para a transformação e não apenas para a administração do sistema. Ao desvendar as contradições, é possível verificar como certos consensos foram construídos (e desconstruídos) - por quem, para quem e de que forma - iluminando assim possibilidades de pensar outras formas de mundo, outros imaginários, e outras realidades sociais que estão em constante reconstrução.

Segundo Cox, o materialismo histórico é capaz de corrigir as abordagens convencionais a partir de seus métodos. Em primeiro lugar, a metodologia dialética explora as contradições e o potencial para formas alternativas de desenvolvimento, que surgem da confrontação de forças

sociais opostas numa situação histórica concreta (COX, 1981, p. 133). A teoria crítica vai identificar, portanto, onde certos consensos escondem conflitos. Enquanto o neo-realismo vê o conflito como inerente à condição humana, sendo ele consequência recorrente de estruturas contínuas, a teoria crítica e o materialismo histórico vêm no conflito um processo de contínuo refazer da natureza humana. É a partir dos conflitos e da contestação de dada hegemonia de forças sociais dominantes que impulsionamos transformações estruturais.

Além disso, a teoria crítica adiciona a dimensão vertical à dimensão horizontal de poder entre Estados rivais, apontada pelo realismo. Desse modo, ela foca no imperialismo e nas relações de dominação e subordinação na economia mundial de metrópoles sobre colônias. O materialismo histórico expande a perspectiva da política internacional para a relação entre Estado e sociedade civil, tornando o complexo Estado/sociedade o ente constituinte da ordem mundial. Segundo Cox, Gramsci reconhecia a eficiência de fontes morais e culturais da ação política, mas sempre relacionadas com a esfera econômica. A relação recíproca entre estrutura (relações econômicas) e superestrutura (esfera ético-política) no pensamento de Gramsci permite considerar o complexo Estado-sociedade como entidade constituinte da ordem mundial. Diferencia-se, assim, do realismo, que trata a sociedade de forma separada do Estado, aquela representando interesses particulares sobre a *raison d'Etat*, que é concebida e definida como independente da sociedade civil. Por fim, o materialismo histórico foca no processo produtivo como elemento fundamental para formas históricas particulares do complexo Estado/sociedade, nos convidando a examinar as conexões entre poder na produção, no Estado e nas relações internacionais (COX, 1981, pp. 133-135).

Cox faz a ligação entre metodologia e o conteúdo: as teorias de solução de problemas servem às forças sociais dominantes, que buscam administrar o sistema para manter-se no poder. Já a teoria crítica vai servir àquelas forças sociais que estão em luta e contestação da ordem social. Ele estabelece também a relação entre teoria e período histórico: períodos de aparente estabilidade ou relações fixas de poder favorecem a abordagem de solução de problemas, como foi a Guerra Fria, enquanto que a condição de incerteza sobre as relações de poder apoiam a abordagem crítica, posto que as pessoas buscam entender oportunidades e riscos de mudanças (COX, 1981, p. 130).

ESTRUTURA HISTÓRICA, FORÇAS SOCIAIS E HEGEMONIA

A categoria de estrutura histórica é uma das mais importantes contribuições de Cox. Nas teorias estruturalistas tradicionais de RI, a estrutura é permanentemente anárquica e constrange (de maneira quase mecânica) o comportamento dos Estados (agentes). A estrutura pode mudar apenas de acordo com a distribuição de capacidades materiais entre os Estados, podendo haver momentos históricos de uma estrutura multipolar ou bipolar. Entretanto, o constrangimento estrutural da anarquia é uma constante. Em Cox (1981), as ações se dão sempre dentro de estruturas históricas, que constituem a problemática a ser estudada. O papel da teoria crítica é entender e explicar como determinadas ações são moldadas pela estrutura e como, ao mesmo tempo, certas ações são capazes de transformar a estrutura. A estrutura histórica é um

método que nos permite estudar fenômenos das relações internacionais como estruturas formadas por três tipos de forças: capacidades materiais, ideias e instituições (não há prioridade de uma sobre a outra). As capacidades materiais correspondem às capacidades tecnológicas e organizacionais, recursos naturais, equipamentos e riqueza (COX, 1981, p 136). Capital e, portanto, os fluxos de comércio e investimentos podem ser considerados capacidades materiais. Empresas e setores também se enquadram nesta categoria. As ideias são noções compartilhadas da natureza das relações sociais, ou imagens coletivas sobre a ordem social particular de um determinado grupo (*Ibidem*). Nesse sentido, a ideia de que a mineração, por exemplo, seria positiva para geração de empregos e crescimento econômico pode ser compartilhada por empresários e políticos, mas não por certas comunidades que sofrem com riscos ambientais e sociais causados por esta atividade econômica. As instituições são amálgamas de ideias e capacidades materiais, operando de forma a perpetuar as relações de poder atuais como existem no momento (COX, 1981, p. 137). O Fundo Monetário Internacional é um exemplo de instituição que opera para manter o atual sistema capitalista mundial funcionando sob predominância norte-americana.

Estas estruturas históricas, por sua vez, formam três esferas de atividades: forças sociais (derivadas das relações sociais de produção) formas de Estado (baseadas no complexo Estado/sociedade) e ordem mundial (COX, 1981, p. 138). A estrutura relaciona-se com os agentes, e vice-versa: elas restringem as ações dos agentes, enquanto agentes podem atuar de acordo com a estrutura, ou em oposição a ela. Ao resistir a uma estrutura histórica, os agentes criam alternativas contra-hegemônicas para a realidade atual em que vivem. Portanto, os agentes podem ser “hegemônicos” ou “contra-hegemônicos” e, para Cox, assumem a forma de forças sociais. As forças sociais ultrapassam as fronteiras dos Estados, e as estruturas mundiais podem ser descritas em termos de forças sociais. O mundo pode ser descrito como padrões de forças sociais, no qual os Estados jogam um papel intermediário, mas autônomo, entre estrutura global das forças sociais e configurações locais de forças sociais dentro de certos países (*Ibidem*).

Em entrevista realizada em 2009, Cox argumentou que prefere usar o termo “forças sociais” em vez de classes, pois este refletia a natureza de sociedades industriais, que hoje são mais complexas e diferenciadas. Para ele, hoje, trabalhadores estabelecidos podem ser representados como “privilegiados” frente às massas desempregadas e em empregos precários e informais. Em algumas sociedades, populações indígenas não se encaixariam no conceito de “proletariado”. Para o autor, o termo “forças sociais” é explicitamente vago, forçando-nos a averiguar historicamente e em cada sociedade quem são as populações expropriadas e os agentes de transformação (GARCIA; SÁ, 2013). Estes não estão, portanto, previamente definidos, mas serão construídos em determinados processos de lutas e compartilham de interesse comuns.

Neste sentido, as forças sociais hegemônicas estão interessadas em perpetuar o status quo. Como forças sociais “*top-down*”, elas são parte integrante do mercado, agências onde forças econômicas (*managerial class*) formam uma hegemonia cultural e intelectual para assegurar a ordem capitalista entre as massas. Estas forças dominantes penetram e cooptam partes dos movimentos sociais, especialmente com subsídios econômicos, para garantir a conformidade à ordem vigente. Por sua vez, forças sociais “*bottom-up*” são identificadas como espaços onde excluídos e trabalhadores precarizados se engajam na construção de uma alternativa contra-hegemônica, disputando um novo senso comum na população nacional e internacional (COX, 1999, pp. 7-9; 2001, pp. 56-57). Neste sentido, Cox provê a base material sobre a qual a sociedade civil ganha

um caráter público ou privado. O conceito de sociedade civil é colocado dentro da questão da democracia e direitos sócio-econômicos. É importante notar que esses conjuntos de forças sociais não são homogêneos, e que a sociedade civil (conceito fundamental para Gramsci) tem caráter dialético: é o terreno no qual a ordem social existente é fundamentada, mas também onde uma nova ordem social pode ser fundada (COX, 1999, p. 4). É, portanto, um terreno de disputa. Para identificar as forças sociais em jogo e possíveis alternativas contra-hegemônicas, precisamos estudar os conflitos.

O principal conceito pelo qual Gramsci é trazido para as RI é o de hegemonia. Para o realismo, a hegemonia é baseada no poder do Estado em sua forma simples (instituição de autoridade política), e há pouca diferenciação entre hegemonia, dominação (Estado dominante) e império. A supremacia do poder militar, político e econômico de um Estado dominante é equivalente à hegemonia. Para um expoente do realismo, Robert Gilpin (1981), a hegemonia de um Estado é consequência da vitória de uma guerra gerada pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional. As grandes transformações na história mundial foram derivadas de guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o re-ordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor. No pensamento de Gilpin, assim como outros autores realistas e institucionalistas, a paz numa ordem internacional *liberal* equivale à estabilidade, uma vez que ela é assegurada e vigiada por um poder maior, que coordena a política mundial a partir da sua visão de mundo. A noção de uma estabilidade hegemônica nasceu primeiramente com Kindleberger (1973) para quem a crise e a Grande Depressão dos anos 1930 poderiam ter sido evitadas se a Inglaterra tivesse tido capacidade, e os EUA a vontade política, de exercer liderança. Ambos foram incapazes de preservar o “bem público”, voltando-se para si, privilegiando questões particulares em vez de preocupar-se com a estabilidade do sistema como um todo.

As visões de Gilpin e Kindleberger deram origem à chamada “teoria da estabilidade hegemônica”, desenvolvida posteriormente por Keohane (1993), expoente do paradigma institucionalista das RI. De acordo com este autor, o poder como recurso para a estabilidade é mais efetivo em alguns regimes (como o do petróleo) e não em outros (como o regime monetário e de comércio). Os regimes econômicos internacionais fortes dependem de um poder hegemônico, ao passo que fragmentação do poder entre países em competição pode levar à fragmentação do regime. A concentração de poder indica, portanto, estabilidade. Notamos aqui que a hegemonia adquire uma conotação benigna. Para estes teóricos do realismo e do institucionalismo, a desigualdade internacional não é um mal em si, podendo ser “um mal necessário” para garantir a ordem do sistema.

Em termos gramscianos, a hegemonia combina consenso e coerção. Ela é constituída pelas forças sociais dominantes que lideram na sociedade civil e, ao chegaram ao poder do Estado, são capazes de representar seus interesses particulares em termos universais. O projeto hegemônico é, assim, percebido como algo que abarca os interesses de grupos subordinados. Ao mesmo tempo, para se tornar efetivamente universal, a construção de uma ordem hegemônica pressupõe, também, levar em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia deve ser exercida. Cox definiu hegemonia em seu livro de 1987 *Power, Production and World Order* como:

(...) a dominação de um tipo particular onde o Estado dominante cria uma ordem baseada em uma ampla medida de consentimento, funcionando de acordo com princípios gerais que, de fato, asseguram a continuidade da supremacia do Estado ou Estados líderes e classes sociais líderes, mas ao mesmo tempo oferecem alguma medida ou perspectiva de satisfação para os menos poderosos. Em tal ordem, a produção em determinados países torna-se conectada através dos mecanismos de uma economia mundial e ligada aos sistemas mundiais de produção. As classes sociais do Estado dominante encontram aliados em classes de outros países. Os blocos históricos que sustentam Estados particulares tornam-se conectados através dos interesses mútuos e perspectivas ideológicas das classes sociais em diferentes países, e classes globais começam a se formar. Uma sociedade mundial incipiente emerge ao redor do sistema interestatal, e os próprios Estados se internacionalizam na medida em que seus mecanismos e políticas se ajustam aos ritmos da ordem mundial (COX 1987, p. 7, tradução nossa).

Ao falarmos de hegemonia no nível mundial, devemos compreender a forma como as classes dominantes transnacionais chegam a um consenso hegemônico entre os principais países e são capazes de implementar seu projeto em outros países através da atuação de instituições internacionais (e nacionais). Com isso, uma hegemonia mundial é um projeto da classe dominante num determinado Estado dominante, mas vai além dele, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema. Desta forma, é necessário pensar o papel das classes e forças sociais na construção da hegemonia mundial e da contra-hegemonia.

Para Cox (1993), um importante mecanismo de universalização de regras e normas da ordem hegemônica são as organizações internacionais. Através delas são incorporadas as regras que facilitam a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando ideologicamente as normas desta ordem. Ao mesmo tempo, elas mesmas são produto da hegemonia de um Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos e absorver idéias contra-hegemônicas. A construção de uma hegemonia mundial baseada nas organizações internacionais é, especialmente, uma característica da “pax americana” (COX, 1993, p. 62). Contrária à argumentação de institucionalistas, como Ikenberry (2001b), para quem as instituições e organizações internacionais puderam constranger ou auto-limitar o próprio poder dos EUA, para Cox elas serviram para alcançar a universalização de normas, valores e princípios particulares, e políticas que beneficiam interesses particulares do *hegemon*, expandindo e assegurando a manutenção de seu poder.

Em nossa leitura, as críticas metodológicas e epistemológicas às teorias tradicionais na área, realizadas por Cox há 40 anos, continuam relevantes para compreender o momento atual de reordenação e mudança na ordem mundial. Para analisar a atual ascensão da China como uma perspectiva de ordem não-hegemônica ou contra-hegemônica, é necessário identificar e compreender o papel das forças sociais e classes dominantes e contra-hegemônicas, questionando em que medida estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico. É necessário abrangermos

e analisarmos a totalidade dos fenômenos, atores e relações sociais, para descortinarmos as tensões e desdobramentos das mudanças e movimentações de estruturas de poder. Assim, o método de Cox nos permite olhar para além dos Estados nacionais e instituições internacionais, trazendo também a análise das forças sociais em disputa. No seguinte tópico, adentraremos ao estudo de caso sobre as relações entre China e América Latina e Caribe (ALC) a partir das categorias propostas por Cox vinculadas às resistências e lutas sociais.

ESTUDO DE CASO: AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA A PARTIR DA ESTRUTURA HISTÓRICA DE COX

A presença econômica da China na América Latina e no Caribe (ALC) se intensificou significativamente nas últimas duas décadas. Em 2018, a potência asiática era o segundo maior destino das exportações da região, atrás apenas dos Estados Unidos (RAY; WANG, 2019). O Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Importação e Exportação da China emprestaram, conjuntamente, mais de US\$ 140 bilhões para os países latino-americanos entre 2005 e 2018, superando o valor do crédito contraído pela região do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial no mesmo período³ (GALLAGHER; MYERS, 2020). Além disso, o investimento estrangeiro direto (IED) chinês cresceu consideravelmente, tendo o país sido o principal investidor na ALC em termos de fusões e aquisições em 2017 (CEPAL, 2018).

A aproximação chinesa da região tem sido acompanhada por narrativas distintas: de um lado, a ideia de cooperação Sul-Sul e de alternativa às parcerias tradicionalmente mantidas entre os países da ALC e as potências centrais (VADELL, LO BRUTTO; LEITE, 2020; RAY et al, 2015); de outro, as relações sino-latino-americanos podem ser caracterizadas pela desigualdade e dependência (MENEZES; BRAGATTI, 2020; SLIPAK; GHIOTTO, 2019; STALLINGS, 2020). Informados pela teoria crítica de Robert W. Cox, buscamos analisar as relações entre China e ALC no século XXI através do método da estrutura histórica, identificando as capacidades materiais, ideias e instituições prevaescentes, bem como as forças sociais envolvidas, sejam aquelas *top-down* (empresas, Estados e fóruns multilaterais) e *bottom-up* (comunidades locais, sindicatos e movimentos) envolvidas. Para analisar as capacidades materiais que caracterizam a presença da China na América Latina e no Caribe, estudamos principalmente o investimento direto chinês na região, analisando os principais destinos, setores e empresas. Procuramos identificar as principais ideias usadas pelos líderes chineses para descrever seu interesse nas relações com a América Latina e o Caribe. Por fim, fizemos então uso da análise temática (MILES; HUBERMAN, 1994; HERZOG et al, 2019) para identificar as principais causas dos conflitos

3 No último triênio (2017-2019), o crédito chinês para países na região tem sido reduzido consideravelmente. Como resultado, desde 2019, os bancos multilaterais tornaram-se novamente as principais fontes de crédito para os governos latino-americanos (GALLAGHER; MYERS, 2020).

em torno dos projetos envolvendo empresas chinesas e as diferentes forças sociais envolvidas. Na Tabela 1 exemplificamos o método de análise temática.

Tabela 1 - Processo de Análise Temática

Material analisado	Causa de conflito (ideias) e forças sociais identificadas
“The incinerator plans have been fiercely opposed by the wastepicker movement, residents of Barueri and other civil society organizations” (EJATLAS, 2020).	Forças sociais → Trabalhadores informais, moradores
“Incineration is criticized on the one hand for its adverse impacts on public health and the environment, in particular the generation of toxic ash and emissions” (EJATLAS, 2020).	Causa de conflito → Poluição do ar
“On the other hand, burning waste is problematic from a socio-economic perspective as it disincentives recycling and drives resource use” (EJATLAS, 2020).	Causa de conflito → Preferência por alternativas mais sustentáveis
“It thus directly threatens the livelihoods of wastepickers – in Brazil often working in informality or organized in cooperatives – as their incomes strongly depend on access to recyclable material” (EJATLAS, 2020).	Causa de conflito → Ameaça a modos de produção tradicionais

Capacidades materiais

De acordo com a base de dados da Red ALC-China (2020), o estoque de IED chinês na América Latina e Caribe entre 2000 e 2019 foi igual a US\$ 134,77 bilhões. Em estudo da CEPAL (2018), o país asiático figura como a principal origem de investimentos na região em termos de fusões e aquisições no ano de 2017. Os principais destinos do IED chinês na ALC estão representados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Porcentagem de IED chinês recebido por país em relação ao IED chinês recebido pela ALC entre 2000 e 2019

Participação do IED chinês na ALC por país
(entre 2000 e 2019)

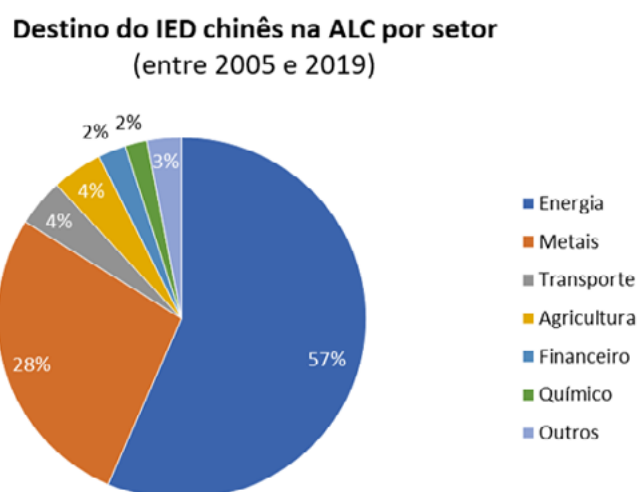


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RED ALC-CHINA (2020)

O Brasil é o principal destinatário, tendo recebido US\$ 48,70 bilhões nos últimos 20 anos, seguido por Peru, Chile, Argentina e México (DUSSEL PETERS, 2020). Juntos, esses cinco países respondem por 81% do valor total do IED chinês na região. Eles também são alguns dos principais parceiros comerciais da China na região. Em 2013, quando o comércio total entre China e ALC aumentou significativamente, Brasil, Chile, Venezuela e Peru foram os principais exportadores; México, Brasil, Chile, e Argentina foram os maiores importadores (STALLINGS, 2020). Com relação ao financiamento e crédito, Brasil, Equador, Argentina, e Venezuela são os principais destinos, sendo responsáveis por 92% do crédito chinês para a região entre 2005 e 2019 (GALLAGHER; MYERS, 2020).

De acordo com o American Institute e a Heritage Foundation (2020), um total de US\$ 91,04 bilhões em IED chinês foi destinado a projetos no setor de energia, tanto em combustíveis fósseis quanto em fontes renováveis. Os setores de mineração e metalurgia receberam US\$ 96,24 bilhões, representando 70% do valor total dos investimentos chineses na região entre 2005 e 2019. O gráfico a seguir ilustra esses números:

Gráfico 2 - Destino do IED chinês na ALC por setor econômico entre 2005 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de THE AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE e THE HERITAGE FOUNDATION (2020).

Juntos, os setores de energia, metais e agricultura receberam 74% de todo o IED chinês na região desde 2005. Esta tendência também se verifica no que diz respeito ao comércio e finanças. Em 2017, 72% das exportações da ALC para a China foram produtos primários (CEPAL 2018, p. 41). As exportações latino-americanas de soja, minérios de ferro, cobre e petróleo representaram 70% das exportações totais para o país asiático. Por outro lado, para o resto do mundo, as exportações de commodities representaram apenas 27% do total da região no mesmo ano. Em contrapartida, 91% das exportações da China para a região consistiram em produtos manufaturados de baixa, média e alta tecnologia (*Ibidem*). Além disso, de acordo com a China-Latin America Finance Database, 67% do crédito da China na ALC foi para o setor de energia e 20% para infraestrutura (GALLAGHER; MYERS, 2020).

As maiores empresas chinesas na América Latina e no Caribe são State Grid, China Three Gorges (CTG), Sinopec, China National Petroleum Corporation (CNPC), e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), sendo conjuntamente responsáveis por 35,3% de todo o IED chinês na região desde 2000 (DUSSEL PETERS, 2020). Todas essas empresas atuam no setor de energia. State Grid e CTG investem em usinas hidrelétricas e as outras três atuam no setor de combustíveis fósseis.

Instituições e ideias

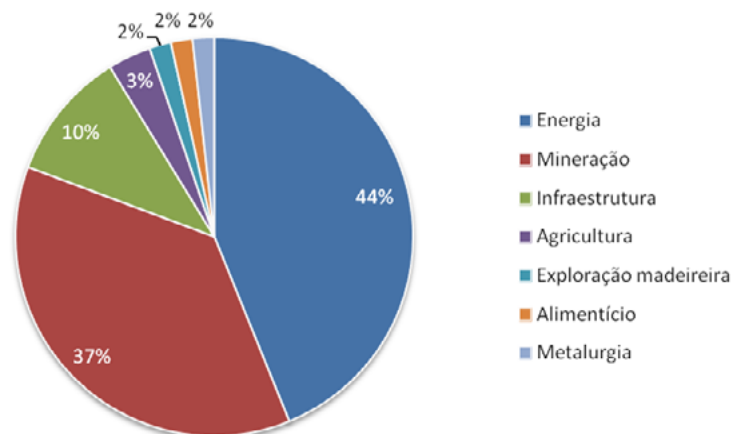
A instituição de maior abrangência nas relações sino-latino-americanas é o Fórum China-CELAC, que une o país asiático e todos os membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A política externa da China para a ALC é baseada na estratégia de cooperação 1+3+6 (MFA, 2016). O número um representa um único plano de cooperação para toda a região e o número três representa os três principais motores das relações sino-latino-americanas: comércio, investimento e crédito. O número seis representa as seis áreas prioritárias de cooperação: energia e recursos naturais, infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnologia da informação (MFA, 2016).

Há também uma narrativa geral de cooperação Sul-Sul e de desenvolvimento comum e sustentável em todos esses documentos (MFA, 2016; XINHUA, 2016), contribuindo para a ideia de que as relações China-ALC são caracterizadas por um modelo de cooperação *win-win* e pelo princípio de horizontalidade. O presidente Xi Jinping afirmou diversas vezes que a China e a região são fortemente complementares em suas estruturas econômicas e estratégias de desenvolvimento. Ademais, o policy paper da China para a região em 2016 sustenta que, “[c]om base na igualdade e no benefício mútuo, a parceria abrangente e cooperativa entre a China e a América Latina e o Caribe é orientada para o *desenvolvimento comum*.” (XINHUA, 2016, online, tradução nossa). Ao mesmo tempo, o documento também reconhece a necessidade de diversificar o comércio e os investimentos, contribuindo para aumentar as exportações de produtos de maior valor agregado da ALC para a China (XINHUA, 2016).

Forças Sociais, conflitos e resistências

Nossa revisão bibliográfica revelou 57 casos de conflitos socioambientais envolvendo empresas chinesas na América Latina e Caribe (EJATLAS, 2020; FIDH, 2019; RAY et al, 2015; MARTINEZ, 2014)⁴. Identificamos que os setores que apresentam maior número de conflitos estão relacionados à exploração ou processamento de recursos naturais. Além disso, a maioria dos conflitos aconteceu em apenas três setores: energia, mineração e infraestrutura – os mesmos que concentram o maior volume de IED chinês. O Gráfico 3 relaciona a distribuição dos conflitos por setor econômico.

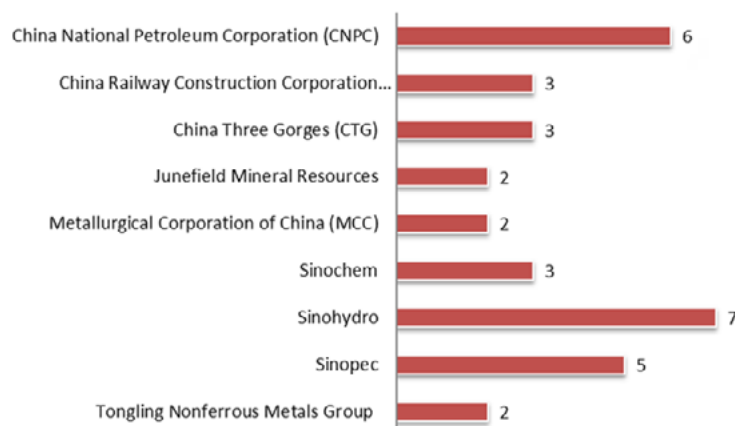
4 Dentre os casos, identificamos apenas cinco registrados antes dos anos 2000, todos os demais tiveram lugar nas décadas de 2000 e 2010.

Gráfico 3 - Setores de conflitos do investimento chinês na América Latina e Caribe**Setores de conflitos do IED chinês na ALC**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de EJATLAS, 2020; FIDH, 2019; RAY et al, 2015; MARTINEZ, 2014.

Através da análise temática, verificamos que as principais causas de conflito são: poluição da água (n = 18), não realização de estudo de impacto ambiental (n = 17) ou consulta pública (n = 15), e operação em áreas protegidas (n = 17) ou territórios indígenas (n = 16). Outras causas menos comuns incluem violações de leis trabalhistas, agressões físicas e até mortes, além de outras violações de direitos ambientais e sociais.

Algumas das principais empresas chinesas envolvidas em conflitos na região são construtoras, petrolíferas, hidrelétricas e mineradoras. Os grupos mais comuns que se opõem a seus projetos são grupos de justiça ambiental, organizações de justiça social, comunidades indígenas e moradores das comunidades atingidas. Os Gráficos 5 e 6 expõem as forças sociais mais comumente envolvidas nesses conflitos.

Gráfico 4 - Empresas chinesas por número de conflitos socioambientais na ALC**Empresas chinesas com o maior número de conflitos socioambientais na ALC**

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de EJATLAS, 2020; FIDH, 2019; RAY et al, 2015; MARTINEZ, 2014.

Gráfico 5 - Forças Sociais e Número de Casos**Número de casos envolvendo cada tipo de força social subalterna**

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de EJATLAS, 2020; FIDH, 2019; RAY et al, 2015; MARTINEZ, 2014.

Podemos observar que, em termos gerais, os investimentos diretos chineses na ALC estão concentrados nos setores primários, o que também é refletido no comércio, sendo setores que precisamente têm maior potencial de impacto sobre o meio ambiente e as populações da região. Ray et al (2015) sustentam que as exportações da ALC para a China geram 20% menos empregos por milhão de dólares do que as exportações totais; consomem duas vezes mais água e geram 12% a mais de gases de efeito estufa por dólar (RAY et al, 2015, p. 2). Apesar disso, os autores defendem que as empresas chinesas têm um desempenho melhor do que outras empresas multinacionais atuando na região no que diz respeito aos impactos ambientais e sociais causados por seus investimentos. Eles citam o caso da Minera Chinalco, subsidiária chinesa que atua no setor de mineração no Peru. Segundo Ray et al (2015), a empresa teve uma iniciativa sem precedentes na região de Morococha, onde construiu voluntariamente uma vila com moderna infraestrutura para os moradores que tiveram que ser realocados por conta do investimento. Outras fontes sustentam, no entanto, que embora esse processo tenha sido feito por meio de consulta pública, a decisão da comunidade sobre a localização da nova aldeia não foi acatada (EJATLAS, 2014). Os residentes se queixam de que o local final escolhido pela empresa era demasiado húmido, propenso a terremotos e altamente poluído por mercúrio (EJATLAS, 2014).

CONCLUSÃO

Neste artigo, objetivamos discutir a teoria crítica de Robert W. Cox e suas contribuições metodológicas para analisar um dos principais temas da atualidade, as relações entre China e América Latina e Caribe. Apresentamos as diferenças entre as “teorias de solução de problemas”, particularmente o neorealismo e o neoinstitucionalismo, e a teoria crítica. Logo, discutimos algumas das principais categorias de Cox, a estrutura histórica (formada por capacidades

materiais, ideias e instituições), forças sociais e hegemonia. Nesta última, apresentamos as diferenças entre a análise da hegemonia internacional com base em Gramsci, proposta por Cox, as leituras realistas e de regimes internacionais. Argumentamos que Cox nos ajuda a enxergar além dos Estados e instituições internacionais, nos fornecendo um instrumental teórico para entender as forças sociais que incidem sobre Estados e instituições, e que nos revelam contradições e conflitos onde rege aparente consenso.

Buscamos elucidar as relações entre China e América Latina e Caribe mediante as categorias coxianas, identificando capacidades materiais, instituições, ideias prevalescentes e forças sociais em disputa. Nosso olhar parte da América Latina, região que ocupa hoje um lugar estratégico no contexto de transformações na ordem mundial e disputa de hegemonia entre EUA e China. Se a região, de um lado, ainda encontra-se sob influência direta da grande potência mundial no continente, de outro, está integrada à China pelas cadeias minerais e agrícolas. Na aparência, o continente latino-americano não ocupa um lugar central nas políticas externas dos EUA ou da China; na essência, no entanto, nenhum deles pode prescindir de aumentar sua influência estratégica na região.

Conforme apontamos, são comuns as análises das relações entre América Latina e China sob a ótica da cooperação Sul-Sul ou como novas relações de dependência. O país asiático se apresenta, de um lado, como parceiro alternativo que não impõe condicionalidades econômicas ou políticas, tal como fazem as potências ocidentais. Por outro lado, nas relações com a China, os países da região se especializaram na exportação de recursos minerais e agrícolas, e receberam investimentos de multinacionais chinesas concentradas nos setores de energia e de recursos naturais. Esses mesmos setores têm, historicamente, impactos sociais e ambientais, e são focos de conflitos nos territórios onde os projetos são implementados. Neste sentido, uma análise das forças sociais em disputa – empresas, governos, bancos ou, por outro lado, comunidades locais, indígenas, trabalhadores – nos fornece uma visão da totalidade dos fenômenos e atores sociais, políticos e econômicos. A América Latina e Caribe é uma região de intensas lutas sociais⁵. São essas lutas sociais, de natureza emancipatória, que poderão forjar uma mudança de modelo (e, conseqüentemente, dos rumos dos governos da região nas suas relações com a China) em direção a uma estratégia de desenvolvimento baseada nos direitos socioeconômicos das populações trabalhadoras e na justiça ambiental. O legado de Cox nos ajuda a compreender as mudanças na ordem social e internacional e a constituição de contra-hegemonias.

5 São exemplos importantes as mobilizações massivas no Chile, que tomaram as ruas desde 2019 e conquistaram a formação de uma nova assembleia constituinte; a conquista do direito parcial ao aborto, resultado de intensas lutas do movimento feminista na Argentina; mobilizações permanentes nas ruas do Equador e Colômbia; a eleição de líderes progressistas na Bolívia (que derrotou o golpe de 2019) e no Peru (derrotando o fujimorismo). Cf. Vladimir Safafle. 'Uma revolução molecular assombra a América Latina'. *El País*, 19 Maio 2021; 'América do Sul, a grande convulsão'. *El País*, 20 Junho 2021.

REFERÊNCIAS

- CEPAL (2018). **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China**. Santiago: United Nations Publication.
- COX, Robert W. (1999). **Civil society in the turn of the millenium: prospects for an alternative world order**. *Review of International Studies*, 25, 3–28. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1993). Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.): **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1987). **Production, Power and World Order. Social forces in the marking of history**. New York: Columbia University Press.
- _____. (1981). **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126 – 155. London: SAGE Publications.
- COX, Robert W. (2001). The way ahead: toward a new ontology of the world order. In: WYNJONES, Richard (ed.). **Critical Theory and World Politics**. London: Lynne Rienner Publisher.
- DUSSEL PETERS, Enrique (2020). **Monitor de la OFDI China en América Latina y el Caribe 2020**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México.
- EJATLAS [2020]. **The Global Atlas of Environmental Justice**. EJATLAS. Disponível em: <<https://ejatlas.org/>>. Acesso em: 04/06/20.
- _____. (2014). **Morococho (displacement), Toromocho project, Perú**. EJATLAS, 08 abr. Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/morococho-displacement-toromocho-project-peru>>. Acesso em: 24/06/20.
- FIDH. (2019). **Examen Periódico Universal, Tercer Ciclo de Evaluación de las Obligaciones Extraterritoriales de la República Popular de China desde Sociedad Civil: Casos de Argentina, Bolivia, Brasil, Ecuador y Perú**. Paris: Fédération internationale pour les droits humains.
- GALLAGHER, K.; MYERS, M. (2020). **Scaling Back: Chinese Development Finance in LAC, 2019**. Washington D.C.: Inter-American Dialogue.
- GARCIA, Ana S.; SÁ, Miguel B. (2013). **“Overcoming the Blockage”**. An interview with **Robert W. Cox**. *Estudos Internacionais*, v. 1, n. 2, jul-dez, p. 303-318. Belo Horizonte: PUC-Minas.
- GILPIN, Robert. (1981). **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- HERZOG, C.; HANDKE, C.; HITTERS, E. (2019). Analyzing Talk and Text II: Thematic Analysis. In: VAN DEN BULK, H.; PUPPIS, M.; DONDEERS, K.; VAN AUDENHOVE, L. (Org.). **The Palgrave Handbook of Methods for Media Policy Research**. p. 233-247. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- IKENBERRY, John. (2001a). **After Victory. Institutions, strategic restraint, and the building of order after major wars**. New Jersey: Princeton University Press.
- IKENBERRY, John (2001b). **Getting hegemony right**. *The National Interest*, Spring, n. 63, p. 17-24. Washington D.C.: Center for the National Interest.

- KINDLEBERGER, Charles (1973). **The World Depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press.
- KEOHANE, Robert (1993). **Instituciones internacionales y poder estatal. Ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, colección Estudios Internacionales.
- _____ (1988). **International Institutions: two approaches**. *International Studies Quarterly*, 32, 379-396. Oxford: Oxford University Press.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph (1977). **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown.
- MARTÍNEZ, O. B. (2014). La geopolítica petrolera China en Ecuador y el área andina. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, 2014. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.
- MENEZES, Roberto Goulart; BRAGATTI, Milton (2020). **Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the context of crisis**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 3, p. 446-461. São Paulo: Editora 34.
- MFA of China (2016). **Basic Information About China-CELAC Forum**. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of China.
- MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. M. (1994). **Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook**. Thousand Oaks: Sage Publications. <http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015050352072>.
- RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin P.; Andres, LOPEZ; SANBORN, Cynthia (2015). **China in Latin America: Lessons for South-South cooperation and Sustainable Development**. Boston: Boston University.
- RAY, Rebecca; WANG, Kehan (2019). **China-Latina America Economic Bulletin**, 2019 Edition. Boston: Boston University.
- RED ALC-China (2020). **América Latina y el Caribe: OFDI china a nivel de empresa (2000-2019)**. Disponível em: <<https://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/busqueda-por-pais/80-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 14/06/20.
- SLIPAK, Ariel; GHIOTTO, Luciana. (2019). América Latina en la Nueva Ruta de la Seda: El rol de las inversiones chinas en la región en un contexto de disputa (inter)hegemónica. **Cuadernos del CEL**, v. 4, n. 7, p. 26-55. San Martín: Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM).
- STALLINGS, Barbara (2020). **Dependency in the Twenty-First Century? The Political Economy of China-Latin American Relations**. Cambridge: Cambridge University Press.
- THE AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION [2020]. **China Global Investment Tracker**. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 17/04/20.
- UNCTAD (2020). **World Investment Report: International Production Beyond the Pandemic**. New York: United Nations Publications.
- VADELL, Javier; LO BRUTTO, Giuseppe; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. (2020). **The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, n. 2, p. 1-22. Brasília: Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília.
- WAEVER, Ole (1996). The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S. et al.

(eds.). **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press.

WALTZ, Kenneth. (2004). **O Homem, o Estado e a Guerra. Uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2002). **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Editora Gradiva.

XINHUA. (2016). **Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Xinhua, 24 nov. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm>. Acesso em: 13/07/20.